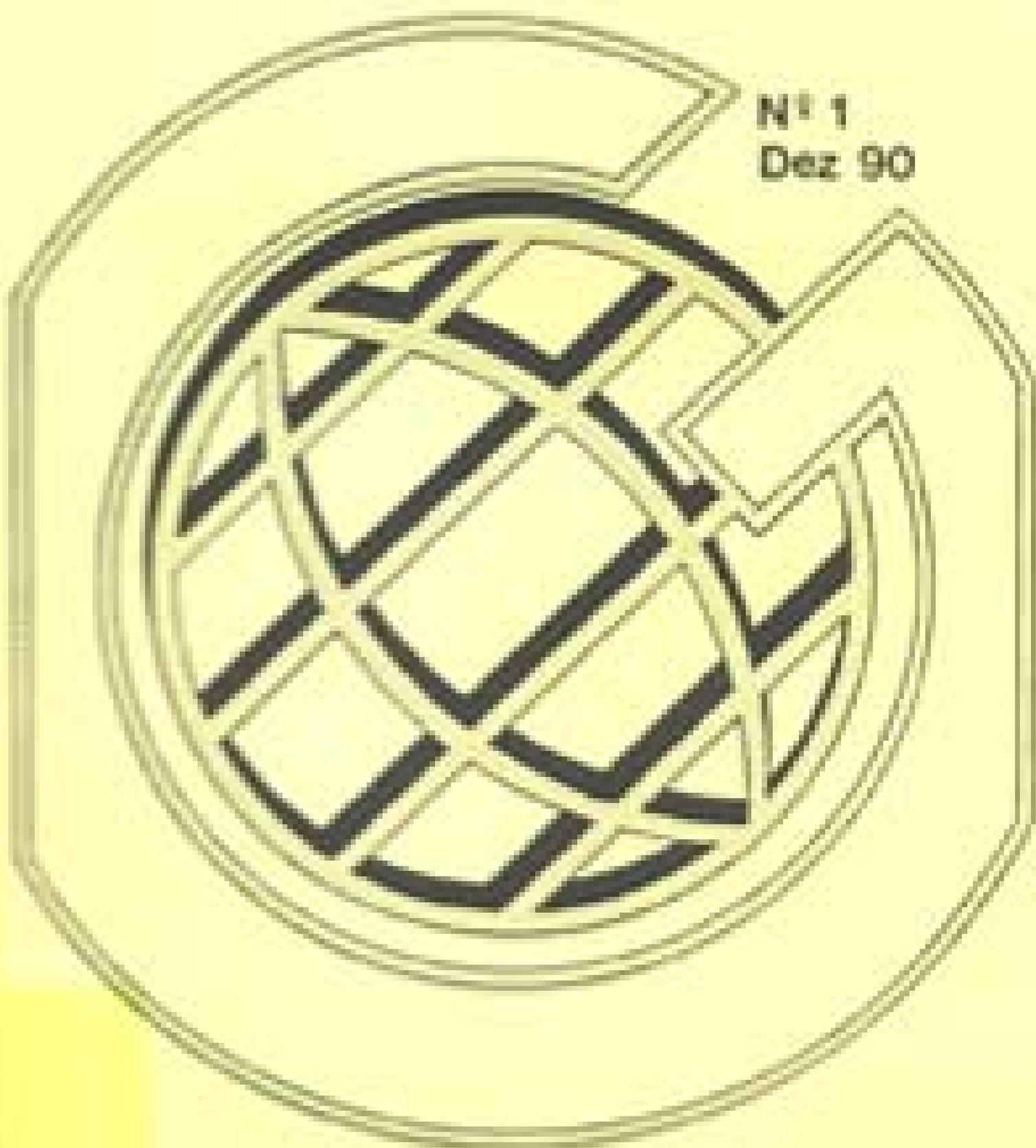
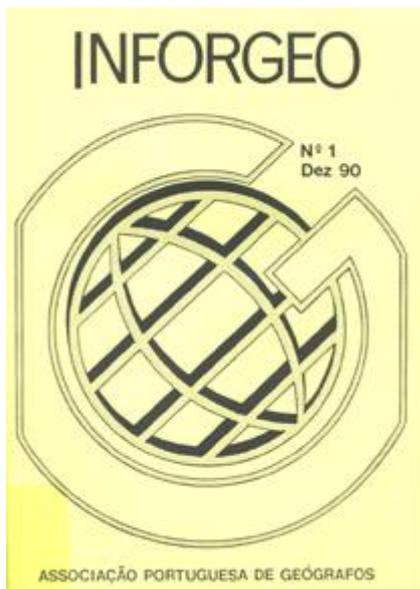


# INFOERGEO

Nº 1  
Dez 90



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEOGRAFOS



## ÍNDICE

### Editorial

*Teresa Barata Salgueiro*

### ARTIGOS

#### **A Reforma Educativa em Geografia – reflexões sobre um encontro**

*Margarida Durão Claro e João Carlos Garcia*

#### **Novos Programas Curriculares**

#### **Os Programas da Geografia na Reforma do Sistema Educativo: da sua concepção à sua implementação**

*Helder de Sousa*

#### **Em torno do Novo Programa de 2º Ciclo de História e Geografia**

*Isabel Silva Graça*

#### **Uma apreciação das propostas de Programas de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico**

*Paula Bordalo Lema, Maria Fernanda Alegria, José Afonso Teixeira, Jorge Umbelino*

#### **Considerações sobre os Novos Programas**

*Maria Isabel Matos Godinho e Lucília Dora Andrade de Gouveia*

#### **Disciplina Integrada de História e Geografia de Portugal ou Desintegração da Geografia de Portugal no Período de Escolaridade Obrigatória?**

*José Queiroz Marques dos Santos*

#### **Algumas Considerações sobre a Proposta de Programas de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico**

*Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho*

### LEGISLAÇÃO

### PROVAS ACADÉMICAS

### CURSOS/ REUNIÕES/ COLÓQUIOS

### ENCONTROS DE GEOGRAFIA

#### **UGI – União Geográfica Internacional. Informações sobre a Comissão de Educação Geográfica**

### BIBLIOGRAFIA

---

**INFORGEO – Revista de INFORMAção GEOgráfica**  
Revista semestral: Nº 1. Dezembro / 1990.

**Direcção:**  
Teresa Barata Salgueiro

**Conselho de Redacção:**  
José Afonso Teixeira, Margarida Durão Claro,  
João Carlos Garcia, Carlos Sirgado

**Propriedade do título:**  
Associação Portuguesa de Geógrafos

**Edição:**  
Associação Portuguesa de Geógrafos

**Capa:**  
Cidália Bolacha

**Composição:**  
Manuela Silva Perdigão

**Impressão:**  
Reprografia da Associação de Estudantes  
da Faculdade de Letras de Lisboa

**Correspondência:**  
Rua Professor Sousa da Câmara, 170 1000 LISBOA

É permitida a reprodução parcial dos textos desde que  
seja feita menção expressa da fonte.

A opinião expressa nos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

**Colaboraram neste número:** Maria Fernanda Alegria, Margarida Durão Claro,  
João Carlos Garcia, Maria Isabel Matos Godinho, Lucília Dora Andrade de  
Gouveia, Isabel Silva Graça, Paula Bordalo Lema, Bernardo de Serpa Marques,  
Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho, Teresa Barata Salgueiro, José Queiroz  
Marques dos Santos, Helder de Sousa, José Afonso Teixeira, Jorge Umbelino.

---

## ÍNDICE

<b>EDITORIAL – Teresa Barata Salgueiro</b> .....	5
<b>ARTIGOS:</b>	
<b>A Reforma Educativa em Geografia – reflexões sobre um encontro.</b> <i>Margarida Durão Claro e João Carlos Garcia</i> .....	9
<b>Novos Programas Curriculares</b> .....	11
<b>Os Programas de Geografia na Reforma do Sistema Educativo: da sua concepção à sua implementação.</b> <i>Helder de Sousa</i> .....	15
<b>Em Torno do Novo Programa de 2º Ciclo de História e Geografia.</b> <i>Isabel Silva Graça</i> .....	21
<b>Uma Apreciação das Propostas de Programas de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico.</b> <i>Paula Bordalo Lema, Maria Fernanda Alegria, José Afonso Teixeira, Jorge Umbelino</i> .....	25
<b>Considerações sobre os Novos Programas.</b> <i>Maria Isabel Matos Godinho e Lucília Dora Andrade de Gouveia</i> .....	29
<b>Disciplina Integrada de História e Geografia de Portugal ou Desintegração da Geografia de Portugal no Período de Escolaridade Obrigatória?</b> <i>José Queiroz Marques dos Santos</i> .....	33
<b>Algumas Considerações sobre a Proposta de Programas de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico.</b> <i>Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho</i> .....	37
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	41
<b>PROVAS ACADÉMICAS</b> .....	45
<b>CURSOS / REUNIÕES / COLÓQUIOS</b> .....	47
<b>ENCONTROS DE GEOGRAFIA:</b> .....	49
<b>UGI – União Geográfica Internacional. Informações sobre a Comissão de Educação Geográfica</b> .....	51
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	55

## EDITORIAL

---

Quase dois anos passados sobre o aparecimento do primeiro número do INFORGEO, o boletim informativo da APG, Associação Portuguesa de Geógrafos, resolvemos introduzir-lhe modificações substanciais. Assim, INFORGEO transforma-se em revista, altera o formato, tem mais páginas e promete sair duas vezes por ano.

A APG foi constituída em 1987 tendo a primeira Assembleia Geral decorrido em Março de 1988. Em Junho desse ano saiu o INFORGEO destinado a ser o veículo privilegiado de comunicação entre os geógrafos portugueses reunidos na Associação.

Nestes dois anos conseguimos fazer 9 números do boletim, cinco na série A de informação geral, dois na B de bibliografia e dois na C referente a legislação, embora respeitássemos com dificuldade a periodicidade prevista. Os números 4 e 6 em que se dava uma panorâmica do ensino superior da Geografia em Portugal foram muito apreciados e recebemos várias solicitações de não sócios interessados em os possuir. Também as informações bibliográficas e de legislação foram bem recebidas. Isto estimulou-nos a avançar para uma coisa um pouco mais complexa, facto igualmente propiciado com a ultrapassagem da fase de instalação da Associação.

Temos hoje mais experiência, conseguimos montar uma estrutura mínima de funcionamento e dispomos de uma sede onde podemos ter documentos e trabalhar, coisa que não acontecia na Avenida da Liberdade onde gentilmente nos guardavam o correio mas não possuíamos um espaço nosso. Agora estamos em Campolide, pertinho do Amoreiras, num pequeno anexo que partilhamos com a APDR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional). Não são ainda as condições ideais mas sempre é um pouco melhor. Para já asseguramos a permanência de alguém na sede às quintas-feiras da parte da tarde mas gostaríamos de alargar o horário de abertura e até ao fim do ano esperamos ter telefone.

Quanto ao INFORGEO, agora com novo visual, pensamos editar dois números por ano, um perto do início do ano lectivo (Outubro ou Novembro) e outro por Março ou Abril. Em princípio os números serão temáticos, por isso, diversos contributos sobre o tema em análise preenchem o essencial da revista. Para além desta parte mantêm-se como secções os conteúdos correspondentes às três séries do anterior INFORGEO, a saber, Informação sobre a Associação ou de carácter geral, Bibliografia e Legislação. O critério de selecção das referências continuará a ser o interesse potencial das iniciativas para a actividade dos geógrafos. O carácter artesanal do nosso trabalho e o facto da revista ser veículo da Associação Portuguesa de Geógrafos tornam-na fortemente dependente da colaboração dos

sócios. Por isso contamos vivamente com estes contributos que serão sempre bem vindos.

Ao abrir um novo ciclo na vida do INFORGEO queremos agradecer em primeiro lugar a todos aqueles que nos ajudaram a fazer as folhinhas percursoras e logo depois aos que colaboram neste número. A Margarida Durão Claro e o João Carlos Garcia explicam com mais pormenor os antecedentes e a razão de ser deste tema no número inaugural. Isto não me impede todavia de salientar que o facto de dedicarmos o primeiro número da revista ao Ensino, aos novos conteúdos programáticos, mostra como nos preocupamos com esta matéria. Cidadãos, professores, pais, tabalhadores no ordenamento do território ou noutra actividade todos temos consciência que uma reforma com a dimensão da que se está a implantar exige tempo, debate e reflexão.

Ao promover um Colóquio sobre Manuais Escolares e um Debate sobre as Propostas de Programas de Geografia nos ensinios Básico e Secundário a APG pretendeu contribuir para a reflexão necessária. Não queremos que a informação fique confinada às salas onde decorreram as discussões e por isso editámos as comunicações do Colóquio sobre Manuais Escolares e aqui se divulgam as do Debate sobre Programas. Ao divulgar estas ideias contamos provocar-vos, estimular reacções das quais ficamos à espera.

A Reforma do Ensino naquilo que à Geografia diz respeito interessa-nos sobremaneira, tanto pela inovação de conteúdos como pelas novas exigências que coloca à preparação dos ensinantes. Neste capítulo a descoordenação entre os vários graus de ensino continua a ser fonte de problemas, tal como sempre foi problemática a aplicação quase directa dos conhecimentos ministrados nos cursos superiores ao ensino secundário.

O segundo número de INFORGEO deve aparecer por alturas do Primeiro Congresso da Geografia Portuguesa. Tendo proposto um conjunto de temas que nos obrigam a olhar para dentro de nós, a reflectir sobre os caminhos da Geografia portuguesa, pareceu-nos útil não fechar completamente a reflexão e por isso esse número falará da Geografia e das Associações de Geógrafos noutros países.

O mesmo espírito de abertura a todos os geógrafos e à comunidade em geral que norteiam INFORGEO leva-nos a acolher colaborações exteriores ao nosso grupo profissional e a admitir que a revista, para além de distribuída gratuitamente aos sócios da APG, possa ser vendida.

Vivemos num mundo onde a mudança é uma realidade e as transformações ocorrem em ritmo veloz. Depois duma Europa das Comunidades ainda não completamente realizada assiste-se à queda das barreiras que dividiam o continente e ao apontar para uma Outra Europa. Novos espaços ou espaços velhos reaproximam-se, redescobrem-se, são relidos e re-interpretados estando na base de novas tessituras que se começam a estruturar

O aumento da liberdade individual em simultâneo com o crescimento dos processos integradores à escala internacional explicam as mudanças ocorridas nas estratégias individuais e dos grupos com importantes reflexos nas configurações espaciais.

A reaproximação entre os Estados e os blocos obriga a repensar as questões das fronteiras e da escala das decisões. A escala local e regional adquirem novos sentidos.

A descoberta de que os recursos naturais são limitados e os fortes sinais de degradação do ambiente estão a forçar relações ou posturas novas face ao ambiente. Entretanto, o crescimento desmesurado de muitas áreas urbanas tem conduzido a uma acentuada degradação da qualidade de vida e a vários desperdícios, designadamente em termos de gastos de energia.

Estes são alguns elementos que preocupam a sociedade e sobre os quais os geógrafos se devem pronunciar esclarecendo os processos em curso e procurando contribuir para a resolução dos problemas que se colocam. INFORGEO procurará estar atento a estas questões, na linha de servir os geógrafos, informar, estimular o debate e a reflexão.

TERESA BARATA SALGUEIRO

## A Reforma Educativa em Geografia - reflexões sobre um encontro.

---

*Margarida Durão Claro*

*João Carlos Garcia*

O tema escolhido para este primeiro número do novo *Inforgeo* tem por base o encontro organizado pela APG na Faculdade de Letras de Lisboa, em meados do passado mês de Julho, sob o tema "A Reforma Educativa em Geografia".

Esta reunião deveu-se à iniciativa dos actuais corpos directivos da Associação que têm vindo a seguir com cuidado todo o processo de alteração aos programas do ensino básico e secundário. A importância e actualidade que se atribuiu a esta discussão, prende-se directamente com as repercussões graves que se adivinham para os próximos anos, face à entrada em vigor dos novos programas e à conseqüente formação dos professores.

Foram assim convidados, e estiveram presentes no encontro de Julho, representantes de vários grupos e instituições profissionais da área da Geografia: o núcleo de professores responsáveis pelas propostas dos novos programas, membros das Associações de Professores de Geografia e de Jovens Geógrafos de Lisboa, professores das Universidades Clássica e Nova de Lisboa, do Porto e de Coimbra.

A iniciar a reunião, os novos programas foram apresentados e defendidos pelos seus autores, permitindo deste modo um melhor conhecimento por parte da assembleia, dos objectivos gerais (e parcelarmente, dos de cada tema), que presidiram à estruturação e elaboração de todo o conjunto. Foram em seguida analisados com pormenor os conteúdos programáticos da disciplina de Geografia em cada um dos ciclos de ensino (2º, 3º e secundário), decorrendo depois um período de debate durante o qual, numerosas questões foram levantadas. Dentre elas destacaríamos pela sua pertinência:

- ◆ A integração da disciplina de "História e Geografia de Portugal" no 2º ciclo do ensino básico e dificuldades que daí advêm para os docentes que leccionarão a nova disciplina. Os problemas colocam-se quer na formação científica, quer na formação pedagógica dos professores, face às metodologias requeridas e/ou aconselhadas para os novos modelos:
- ◆ O acompanhamento e a avaliação da prática lectiva subjacente à implementação da experiência.
- ◆ O hiato do ensino da Geografia no 8º ano.
- ◆ A dificuldade de desenvolver uma reforma educativa de âmbito tão vasto num curto espaço de tempo e sob pressões externas à escola.

◆ Os aspectos inovadores dos programas.

Numa tentativa de conservar o testemunho desta experiência profícua, decidiu a Comissão de Coordenação da INFORGEO solicitar junto de cada um dos grupos presentes e intervenientes a passagem a escrito das suas reflexões e contributos sobre esta etapa do ensino da Geografia em Portugal.

Os textos que se seguem são a prova da resposta pronta e interessada que recebemos e que aqui publicamente agradecemos.

## Os Novos Programas Curriculares

---

Apresentamos apenas os temas e sub-temas

### HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL

#### 5º ANO

##### A PENÍNSULA IBÉRICA – LOCAL DE PASSAGEM E DE FIXAÇÃO

- Ambiente natural e primeiros povos (\*)
- Os Romanos na Península Ibérica – resistência e romanização
- Os Muçulmanos na Península Ibérica – convivência e confronto

##### PORTUGAL NO PASSADO

- Um novo Reino chamado Portugal
- Portugal no tempo de D. Dinis (\*)
- 1383/85 – um tempo de revolução
- As grandes viagens do século XV
- Portugal no tempo das naus da Índia (\*)
- Da União Ibérica à Restauração
- Portugal no tempo do ouro brasileiro (\*)

#### 6º ANO

##### PORTUGAL NO PASSADO

- 1820 e o triunfo dos liberais
- Portugal no tempo dos primeiros comboios (\*)
- A revolução republicana
- Os anos da ditadura
- O 25 de Abril e a construção da democracia

##### PORTUGAL HOJE

- A população portuguesa no limiar do século XXI
- Os lugares onde vivemos
- As actividades económicas que desenvolvemos
- Como ocupamos os tempos livres
- Como organizamos o espaço em que vivemos
- O Mundo mais perto de nós

(\*)- Subtemas de tratamento mais alargado.

## 7º ANO

### 1. Nós e a Europa

- 1.1. As dimensões e as fronteiras
- 1.2. A organização do espaço europeu após a II Guerra Mundial
- 1.3. A Europa dos grandes blocos

### 2. Uma Europa de Contrastes Espaciais

- 2.1. As transformações no espaço e as suas relações com a indústria
- 2.2. As cidades e as suas relações com o espaço rural
- 2.3. O espaço marítimo e a sua exploração

### 3. Uma Europa de Mobilidade Crescente

- 3.1. Os principais movimentos de pessoas
- 3.2. As trocas de bens e de serviços: a natureza, o volume e a sua distribuição
- 3.3. Os transportes e as comunicações num espaço que se contrai

### 4. Uma Europa de Qualidade de Vida Desigual

- 4.1. As dimensões da qualidade de vida
- 4.2. As diferenças no bem-estar e na qualidade de vida dos cidadãos

### 5. Uma Europa de Equilíbrio Ambiental Frágil

- 5.1. O impacto ambiental da actividade humana
- 5.2. Os riscos naturais e a prevenção das catástrofes
- 5.3. A necessidade de preservar e recuperar o ambiente: a gestão de um património comum

## 9º ANO

### 1. A população e os recursos a nível mundial: uma distribuição irregular

- 1.1. O desigual crescimento da população: problemas e soluções
- 1.2. A repartição da população mundial e a sua redistribuição
- 1.3. Irregularidades na produção dos recursos
- 1.4. Relação população-recursos

### 2. A interdependência mundial

- 2.1. Os transportes e as comunicações, suportes da mobilidade internacional
- 2.2. O comércio internacional de bens
- 2.3. O fluxo de capitais e de informação

### 3. As desigualdades nos níveis de desenvolvimento mundial

- 3.1. Os contrastes no crescimento
- 3.2. O bem estar como medida de qualidade de vida

### 4. A Terra, um planeta frágil

- 4.1. A Atmosfera em perigo
- 4.2. A Biosfera, fonte de bem estar e de riqueza
- 4.3. A protecção e gestão das águas

### 4.4. A complexa gestão de um património comum

## 10º ANO/11º ANO

### PORTUGAL: POTENCIALIZAR os RECURSOS, REALIDADES e UTOPIAS

#### 1. Planear e gerir o território

- 1.1. Planear o que é e para quem
- 1.2. Do ciclo do planeamento ao planeamento contínuo

#### 2. Conhecer o território: os recursos e as actividades

- 2.1. A população: unidade e diversidade
- 2.2. A água: irregularidades na sua distribuição
- 2.3. A energia: suporte da actividade humana
- 2.4. O mar: problemas e desafios
- 2.5. O subsolo: novas perspectivas de exploração
- 2.6. As actividades agrícolas e a problemática da utilização do solo
- 2.7. Os transportes e as comunicações
- 2.8. A rede urbana: desequilíbrios a atenuar
- 2.9. As áreas urbanas: organização e dinâmica internas
- 2.10. Novas oportunidades para as áreas rurais

#### 3. Planear o futuro gerindo o presente: dimensões nacional e regional do problema

- 3.1. A decisão política e as estratégias de intervenção
- 3.2. Potencializar os recursos endógenos
- 3.3. Utilizar os elementos exógenos

#### 4. Portugal nos espaços europeu e mundial: relações a intensificar

- 4.1. As relações culturais e económicas com as comunidades de emigrantes e os países de expressão portuguesa
- 4.2. As relações de cooperação em novos contextos espaciais
- 4.3. A inserção num espaço mundial que se contrai

## **Os Programas de Geografia na Reforma do Sistema Educativo: da sua concepção à sua implementação.**

---

*Helder de Sousa* - Co-autor das propostas de programas de Geografia.

A elaboração das propostas de programas de Geografia para os ensinos básico e secundário resultou de uma análise circunstanciada das condições implícitas nos documentos que enquadram a presente reforma (Decretos-Lei 46/86, de 14 de Outubro e 286/89, de 29 de Agosto e Proposta de reorganização dos planos curriculares dos Ensinos Básico e Secundário). Esta análise foi necessariamente completada com uma reflexão dos autores sobre o que consideram ser o potencial contributo da Geografia para a consecução das principais metas educativas subjacentes à reforma em curso.

Reconhece-se que hoje a Geografia assume um papel fundamental na formação de cidadãos que se têm de confrontar com cenários de crescente mobilidade, onde as oportunidades e as necessidades de intervenção em territórios de múltiplas dimensões e de maior complexidade, exigem um profundo conhecimento da dimensão espacial dos problemas que afectam o seu quotidiano. Nesse sentido, considera-se que a Escola deve desempenhar uma função relevante no processo contínuo de apropriação dos espaços concretos de vivência pessoal, papel tão importante quanto o da formação linguística, histórica e tecnológica, indispensável para uma actuação, individual e colectiva, consciente e responsável, na procura do progresso e do bem-estar da sociedade.

Estes pressupostos, estruturantes da concepção dos novos programas, implicam uma renovada forma de ensinar e de aprender, na qual os diversos paradigmas da Geografia são considerados como forma de enriquecimento do potencial formativo da disciplina.

A selecção de conteúdos, embora parcialmente condicionada pela estrutura do currículo e pela necessidade de respeitar articulações verticais e horizontais, procura integrar as diversas especificidades que compõem o saber geográfico, tendo em vista uma concepção da disciplina em que se valorize a utilidade, presente e futura, dos conhecimentos por ela veiculados. Assim, privilegia-se a selecção de temas que pela sua natureza evidenciam o carácter sistémico, e portanto dinâmico, do espaço geográfico, entendido como um conjunto de unidades territoriais interdependentes, cujas relações devem ser analisadas em diferentes escalas. Subjacente a esta selecção estão a necessidade de evitar a tradicional concepção de programas em que sobressai a divisão entre Geografia Física e Geografia Humana, bem como a preocupação em minimizar o carácter enciclopédico do saber geográfico,

responsável por uma imagem pouco dignificante e distorcida da verdadeira utilidade e importância da nossa ciência.

Entendidos desta forma, os novos programas apontam metodologicamente para a necessidade de considerar em simultâneo os contributos que resultam da experiência de vida dos alunos, aos quais se adicionam os saberes apreendidos através dos múltiplos canais de informação e, por último, articulando-se com aqueles, os saberes geográficos de índole científica, necessariamente adequados na forma e no conteúdo às diferentes realidades do processo de ensino/aprendizagem. Esta concepção, que pressupõe uma acentuada flexibilidade de actuação do professor, implica uma selecção de temas/ conteúdos que facilitem a conjugação dos saberes alternativos e dos saberes científicos, permitindo paralelamente abordagens consonantes com as expectativas sociais e individuais da generalidade dos alunos.

Assim, justifica-se a valorização de problemáticas que envolvem a actuação do Homem no seu permanente relacionamento com os territórios por ele "produzidos": evidencia-se a questão do (des)equilíbrio população-recursos, bem como os reflexos ambientais da actuação humana; problematizam-se os efeitos da crescente interdependência entre os diferentes espaços; analisam-se contrastes nos níveis de desenvolvimento e de bem-estar das populações; salienta-se o papel do planeamento como processo potencialmente capaz de assegurar uma melhor gestão e organização dos territórios.

A abordagem das questões mencionadas tem implícita a análise dos conflitos, individuais e colectivos, que emergem da procura de soluções para os problemas encontrados. Este processo pressupõe uma activa participação dos alunos na identificação dos conflitos e na proposta e inventariação das soluções. Só desta forma será possível garantir o desenvolvimento das capacidades e competências que viabilizem tomadas de decisão que contribuam para a construção de espaços que se pretendem mais justos e solidários.

Porém, a consecução das finalidades explicitadas nos novos programas, as quais reflectem, de um modo geral, as considerações anteriores, pressupõe o reconhecimento por todos - alunos, professores, pais e pela sociedade em geral, que esta Reforma Educativa (qualquer reforma educativa) não se pode circunscrever à simples substituição de currículos e/ou à remodelação de programas. A criação de uma Escola estrutural e funcionalmente diferente da actual constitui um requisito indispensável e urgente. Indispensável porque o repetido insucesso de reformas precedentes, associado à indefinição (ou inexistência) de uma verdadeira política de educação, provocou um progressivo desajustamento entre a realidade educativa e as necessidades de formação compatíveis com a procura do desenvolvimento que social e politicamente se deseja. Urgente porque, por via da integração europeia e dos desafios dela decorrentes, se corre o risco de que aqueles desajustamentos se agravem a um ritmo muito superior ao verificado num passado recente.

Assim sendo, torna-se oportuno explicitar algumas das diferenças que reputamos fundamentais para o sucesso da implementação dos novos programas de Geografia.

A primeira diferença reside no que se entende serem os papéis a desempenhar pelo professor e pelo aluno. Da tradicional actuação do professor como mero transmissor de saberes inquestionáveis, espera-se uma actuação que estimule o aluno a utilizar reconstrutivamente o seu próprio saber como um contributo fundamental no desenvolvimento de atitudes e competências que lhe permitam enfrentar de forma crítica e criativa o seu quotidiano, presente e futuro. Do aluno, espera-se que não se assuma como um receptor passivo da informação que a Escola lhe fornece, mas, pelo contrário, desenvolva progressivamente a capacidade de questionamento da realidade, sabendo situar-se perante a sociedade e perante si próprio de forma a aceitar a mudança, a diversidade e o carácter imprevisível dos sistemas sociais e territoriais nos quais terá de viver.

A segunda diferença decorre em parte da anterior e consiste na inevitabilidade de construir espaços pedagógicos que estimulem uma actuação inovadora. A prática lectiva em geral e o ensino da Geografia em particular não mais se podem confinar à sala de aula, sendo imprescindível o recurso sistemático e não pontual à escola e à comunidade. Só desta forma se torna possível maximizar as potencialidades didácticas da disciplina, implementando técnicas e actividades que permitam a articulação dos diferentes espaços pedagógicos e mobilizem a participação dos alunos, criando nestes as competências que lhes possibilitem assumir-se como cidadãos capazes de intervir consciente e responsabilmente na tomada de decisões.

Complementarmente, a sala de aula tem de se converter num espaço aberto à participação de todos, organizada de forma a proporcionar a multiplicação das actividades (individuais e/ou em grupo) e não um espaço, como até ao presente se tem verificado, que torna preponderante a actuação do professor. Esta constatação implica também o urgente reequipamento daquele espaço: o quadro, o giz e os mapas murais já há muito que se tornaram, por si só, insuficientes; o projector de transparências e de diapositivos, a existência de um ou mais atlas, entre outros, são hoje imprescindíveis, sendo mesmo recomendável a sua presença em permanência na sala de aula. Mas a utilização de equipamento vídeo (de registo e reprodução), fotográfico e informático assume uma importância crescente para a concretização dos pressupostos inicialmente explicitados.

A terceira diferença articula-se com as anteriores e consiste na necessidade de implementar um modelo de formação em serviço que corresponda, qualitativa e quantitativamente, às necessidades dos recursos humanos em presença. Um modelo estruturado com base num planeamento atempado, que permita inventariar necessidades e disponibilizar recursos (materiais e humanos), por forma a viabilizar

a realização de acções que se configurem, no tempo e no espaço, com as exigências educativas de uma dada comunidade e de uma dada região.

Esta prática, contrariamente ao sucedido no passado, deve assumir um carácter permanente, tendo de contemplar uma formação pedagógico-didáctica, condição indispensável à mudança de atitudes no relacionamento professor-aluno e à adopção de práticas lectivas inovadoras e uma formação de índole científica. Esta última assume-se hoje como particularmente relevante no caso da Geografia devido, por um lado, à diversidade de concepções e de paradigmas científicos subjacentes à formação académica dos docentes em exercício e por outro lado, dada a presença nos novos programas de temáticas ausentes em programas precedentes, o que, logicamente, gera múltiplas necessidades em termos de actualização científica.

As mudanças anteriormente referidas não esgotam o leque de alterações que é necessário introduzir na organização e funcionamento das escolas, nem é nossa intenção, como ficou dito, abordar exaustivamente a questão. Contudo, o que se nos afigura relevante é o entendimento de que mais importante que os saberes que se pretendem transmitir são a forma como se processa a sua transposição didáctica, bem como as condições, materiais e humanas, que asseguram essa transposição.

A realidade dos últimos meses, porém, tem demonstrado que a implementação da Reforma Educativa tem decorrido em condições que se situam muito aquém das expectativas criadas. De facto parece ter-se optado, na prática, pela solução menos onerosa, ou seja, pelo lançamento do novo currículo e dos novos programas sem a prévia disponibilização dos meios indispensáveis à concretização, mesmo que parcial, das alterações anteriormente mencionadas. Embora os discursos políticos contenham sistemáticas referências ao reforço das dotações financeiras para o sector, o facto é que o lançamento da experiência dos novos programas não foi acompanhado por transformações estruturais que deixem transparecer um verdadeiro espírito de mudança.

A incompreensível escassez de meios financeiros dos organismos que coordenam o processo, a limitada capacidade de iniciativa das próprias escolas, cujos apertados orçamentos não comportam o mínimo esforço de reequipamento, e a profunda desarticulação na tomada de algumas decisões, porventura fruto dos múltiplos calendários que se foram estabelecendo, reflectem um planeamento que, a existir, se tem revelado medíocre por não ter sabido, ou conseguido, ajustar os meios às acções a desenvolver.

A comprovar esta realidade estão as diversas escolas onde os novos programas se encontram em experiência: os equipamentos são os mesmos; as salas de aula em nada mudaram; os professores lamentam a apressada e insuficiente formação. De diferente apenas um conjunto de turmas onde se ensinam outros conteúdos, sem que contudo estejam reunidas as condições minimamente necessárias ao desenrolar

de um processo de ensino-aprendizagem assente nos pressupostos metodológicos já mencionados.

Na prática conta-se, mais uma vez, com o empenhamento profissional de muitos docentes que, a par do inexcusável valor da sua auto-formação (cujo reconhecimento explícito ainda está por fazer), pode atenuar os efeitos resultantes da forma inconsequente como foi lançada a experiência no presente ano lectivo.

Trata-se, no entanto, de um procedimento cuja legitimidade vale a pena questionar. Num momento em que se exige do professor um renovado leque de competências e de capacidades, sem as quais a própria qualidade do que se aprende e da forma como se aprende fica seriamente comprometida, não se compreende, por exemplo, a insuficiente redução da componente lectiva dos docentes experimentadores. Conhecer os novos programas a uma ou duas semanas do início das aulas, preparar novos conteúdos e novas actividades, consultar e tratar informação proveniente de fontes diversas das tradicionalmente utilizadas e ainda, como nalguns casos, leccionar em simultâneo antigos programas, limita, inevitavelmente, a qualidade do trabalho produzido. Por acréscimo, a inexistência de centros de recursos, acessíveis, no tempo e no espaço, agravada pela também inexistência ou insuficiência das bibliotecas escolares, remete para os professores os custos (não dedutíveis na carga fiscal) da procura e aquisição da informação que, naturalmente, já não pode ser apenas a obtida na formação inicial.

Para concluir justifica-se uma dupla referência à questão da avaliação: dos alunos, por um lado, e dos próprios programas, por outro. Relativamente à primeira aguarda-se a definição de critérios que regulamentem a sua prática. Quanto à segunda, exige-se a sua realização e conclusão ainda no decurso do presente ano lectivo. Em qualquer dos casos, embora por razões diferentes, trata-se de uma situação paradoxal. No primeiro porque as regras do jogo se definem, por norma, antes deste começar; porque é igualmente crucial clarificar a importância que a avaliação formativa deve assumir, bem como o que nela está implícito. No segundo porque dificilmente se pode avaliar algo que não foi completamente testado; porque se ignora o facto de que as condições em que decorre a experiência são substancialmente diferentes das que virão a existir no futuro (pré-requisitos dos alunos, formação dos docentes, recursos documentais, etc.).

A situação agora descrita não esgota, obviamente, o muito que se poderá dizer e escrever sobre o processo em curso. Espera-se também que, corrigindo os erros do presente, se possam confirmar, num futuro não muito distante, as expectativas que os políticos tão bem souberam criar. De outra forma, não será necessário esperar muito tempo para que, desvanecido o entusiasmo dos mais empenhados e confirmado o cepticismo dos mais reticentes, se corra o sério risco de ver desvirtuado o espírito de inovação metodológica subjacente nos novos programas por via da adopção de práticas lectivas tradicionais, com os consequentes reflexos na qualidade da formação dos cidadãos de um amanhã que é já hoje.

## Em Torno do Novo Programa de 2º Ciclo de História e Geografia

---

*Isabel Silva Graça* – Associação dos Professores de História

Pretendo com este texto, exprimir as considerações que me foram suscitadas por um conhecimento, apenas teórico, do novo programa experimental de História e Geografia de Portugal do 2º ciclo do Ensino Básico. Necessariamente serão incompletos, pois só a efectiva experimentação do dito programa, as questões levantadas pelos professores experimentadores, devidamente avaliadas, nos darão a verdadeira dimensão crítica do mesmo. Só dessa forma se poderá fazer uma eficaz reformulação – esta já definitiva – seriamente fundamentada.

No entanto, penso que não devem excluir-se todas as considerações críticas dos professores que, com alguma experiência, possam antever consequências da sua aplicação. Todas elas devem engrossar o caudal de elementos para a avaliação aquando da reformulação.

Neste sentido começo por pôr uma questão de fundo que as autoridades competentes devem assumir: trata-se da divulgação/conhecimento o mais amplo possível, do programa e da efectiva formação dos professores encarregados de lhe dar corpo.

Em primeiro lugar, já que estamos perante um projecto que se pretende inovador, só com o conhecimento profundo da filosofia que esteve na sua base e das opções científicas e pedagógicas que se adoptaram, será possível passar aos executantes essa inovação. Por outro lado, existem carências mesmo no campo da formação de professores, que devem ser colmatadas. Não nos esqueçamos que os futuros docentes desta disciplina têm uma formação em muitos casos só de História ou só de Geografia e terão de adaptar-se ao ensino dessas duas áreas do saber.

Naturalmente que isso implica um projecto de formação de professores, que neste momento não se vislumbra, a executar pelas instituições responsáveis, neste caso as ministeriais. Não bastam iniciativas isoladas e meritórias, feitas pelas associações profissionais ou sindicais. Não nos esqueçamos que esta Reforma deve implicar algo mais profundo que passa também por alterações nas condições de trabalho nas escolas. Disso só o Ministério é responsável directo.

Propôr uma metodologia activa, que me parece correctíssima, privilegiando a aprendizagem através de actividades de observação, pesquisa, descoberta, partindo preferencialmente do meio local para a construção, através de comparações ou analogias, de generalizações que irão dar corpo aos conceitos. Propôr um destaque para o trabalho em grupo, que irá sem dúvida proporcionar o desenvolvimento de

capacidades e atitudes. Propôr a utilização sistemática de meios tecnológicos actualizados para uma verdadeira integração da escola no mundo actual.

Essas propostas só conseguem efectivar-se na prática com um grande esforço na formação dos docentes e na dotação das escolas com condições materiais para tal.

Posta esta questão prévia, vamos conhecer um pouco melhor o que propõe o novo programa de História e Geografia de Portugal.

Trata-se, à partida, de um programa subordinado e integrado num plano mais vasto da Reforma dos Planos Curriculares e, como tal, tem finalidades que o condicionam. Dentro do seu campo específico salienta as que se relacionam com o alargamento das noções operatórias de espaço e tempo, do conhecimento da realidade física e social do país e apela para a formação individual através do desenvolvimento de atitudes que, em última instância, se devem reflectir num determinado comportamento cívico.

Os objectivos gerais concretizam melhor essa opção que as finalidades deixam antever. As grandes áreas em que se pretende provocar aprendizagens situam-se nos diferentes domínios que toda a disciplina de carácter social deve abranger: o dos conhecimentos específicos das áreas de História e Geografia numa perspectiva antropológica, que proporcionarão o desenvolvimento de conceitos de diferença/contraste, mudança/permanência e interacção/causalidade; o de capacidades de pesquisa e comunicação; o de valores e atitudes pessoais e sociais.

Na sequência destes objectivos gerais surgem os temas organizadores que nos dão melhor a medida da integração de História e Geografia. Os temas são:

- ◆ A Península Ibérica – lugar de passagem e fixação.
- ◆ Portugal no passado.
- ◆ Portugal hoje.

Nos dois primeiros procura dar-se ao aluno conhecimento do espaço físico e humano do seu país, da sua mutabilidade, integrando para isso o estudo de momentos da História de Portugal considerados mais relevantes em termos de mudança. Desse modo, se optou por dividi-lo em subtemas de tratamento breve e subtemas de tratamento mais aprofundado. Os primeiros devem ser encarados numa perspectiva narrativa, utilizando para esse fim a narração dos factos e figuras marcantes na História do seu país ou da sua região, mas sempre devidamente enquadrados num contexto mais vasto, quer espacial quer temporal.

Os subtemas mais alargados têm um carácter "descritivo e funcional" e devem ser abordados incidindo em aspectos da vida quotidiana de modo a proporcionar aos alunos a ideia de mudança, evolução através do conhecimento de "semelhanças e diferenças entre alguns períodos históricos".

## Algumas considerações sobre a proposta de Programas de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico

*Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho* – Faculdade de Letras do Porto

### 1. Considerações Gerais

A proposta de programas para o 3º ciclo não pode deixar de ser encarada mediante o que se lhe encontra imediatamente a montante e a juzante. Impõe-se, assim, uma breve abordagem dos projectos de programa de História e Geografia de Portugal (2º ciclo) e de Geografia no ensino secundário (10º e 11º anos).

Uma primeira conclusão é a de que a Geografia, nas nossas escolas, se irá apresentar como uma viagem cujo início se encontra em Portugal e que terminará no espaço planetário ou novamente no espaço nacional. Constitui, portanto, um progressivo alargar de horizontes (Portugal/Europa/Mundo) seguido, nalguns casos, de regresso ao território português, para o abordar numa nova e mais ampla perspectiva.

Relativamente aos projectos de programa para o 3º ciclo, começarei por fazer alguns comentários aos três primeiros elementos fornecidos: esquemas conceptuais, finalidades e objectivos gerais.

Agradou-me constatar o alcance e flexibilidade destes constituintes, nomeadamente a possibilidade de abertura a acções interdisciplinares e a integração de tratamento de informação. Saliento, ainda, a valorização do campo sócio-afectivo.

Relativamente à conjugação destas três componentes verifica-se que há correspondência entre elas.

Objecções, levanto, quanto aos objectivos gerais que se definiram. Será difícil que um aluno de 7º ano os consiga atingir, na medida em que só nessa idade estará a iniciar a passagem do pensamento concreto ao pensamento formal. Por outro lado, o hiato correspondente ao 8º ano criará entraves às aprendizagens e aos objectivos propostos para o 9º ano.

Em termos de articulação horizontal, estranho não ter havido referência à disciplina de História. Tratando-se de um programa de Geografia com uma forte componente Humana, creio que a interligação com aquela área do saber se torna imprescindível. A ausência de tal preocupação afigura-se-me um contra-senso pela própria estrutura do plano curricular: a Geografia e a História integram, em

conjunto, a área das Ciências Humanas e Sociais (Dec.-Lei nº 268/89). Aliás, uma rápida leitura dos temas/conteúdos do programa de 7º ano apela, imediatamente, para tal abordagem.

Quanto à articulação vertical várias dúvidas se me levantam:

- ◆ o programa do 2º ciclo está notoriamente virado para o campo da História. Como tal, permitirá que o aluno adquira efectivamente "conceitos operatórios" de Geografia? Estará o aluno, que inicia o 3º ciclo, possuidor de conhecimentos do espaço geográfico português de modo a que a nova etapa de estudo possibilite o "alargamento progressivo do seu espaço geográfico"?
- ◆ não serão, muitos dos conceitos exigidos para o 2º ciclo, demasiado ambiciosos para o respectivo escalão etário? Mês seco, bacia hidrográfica, acessibilidade, distâncias relativas, ..., são conceitos que implicam considerável capacidade de abstracção.

Em relação à articulação interna do 3º ciclo creio existir uma razoável correspondência entre os temas/conteúdos dos 7º e 9º anos.

Na grelha de desenvolvimento desta proposta de programas existe uma coluna intitulada "Aproximação aos objectivos gerais". Parece-me que:

- ◆ a redacção dada permite interpretações demasiado diversas que, se por um lado, possibilitam múltiplas oportunidades educativas de exploração, por outro lado, podem vir a servir de salvaguarda para exagerada heterogeneidade do processo ensino-aprendizagem por este país fora. Sugiro, portanto, uma ponderação quanto à clareza indispensável e à especificidade desejável;
- ◆ não foi conseguida, neste plano prático, a pretendida inversão da "hierarquia tradicional da tríade de objectivos". Ao contrário do que se afirma na página 2 da proposta, continua-se a privilegiar o domínio cognitivo.

Considero de grande utilidade os exemplos de "técnicas/actividades", pois além de constituírem pistas para tratamento dos temas, sugerem práticas pedagógicas que promovem a real actividade.

## 2. Programa de 7º Ano

Os temas/conteúdos são válidos e significativos no campo cultural da nossa sociedade em mutação, afigurando-se-me resultantes de uma vincada preocupação com as dimensões formativa, informativa e relacional e integradora da Geografia. A sequência parece-me bem articulada.

Em contrapartida, não creio que o aluno de 7º ano esteja em condições de interiorizar muitos dos conceitos e, principalmente, de conjugar diversos factos interligando-os:

## Uma Apreciação das Propostas de Programas de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico

*Paula Bordalo Lema* – Professora da F.C.S.H. da Univ. Nova  
*Maria Fernanda Alegria* – Professora da F.C.S.H. da Univ. Nova  
*José Afonso Teixeira* – Assistente da F.C.S.H. da Univ. Nova  
*Jorge Umbelino* – Assistente da F.C.S.H. da Univ. Nova

A apreciação que se segue resultou de reuniões efectuadas em Janeiro e Fevereiro de 1990, no sentido de dar resposta a um pedido de parecer sobre os novos programas de Geografia (ou Geografia e História, no caso do 2º ciclo do ensino básico), enviado pela Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário. No envelope com os programas não havia qualquer identificação pessoal (nem de quem teve a iniciativa de pedir o parecer, nem dos autores dos programas), não sendo também indicados prazos de resposta, critérios de selecção dos inquiridos e formas de pôr em prática os novos programas.

No parecer que enviámos sobre o programa de Geografia e História de Portugal tentámos moldar-nos ao formulário enviado: como ele nos pareceu espartilhante, preferimos não o utilizar na apreciação dos do 7º e 9º anos – os únicos aqui incluídos.

Feitas sem intenção de serem impressas, com grande desconhecimento das condições em que os programas estavam a ser elaborados e iam ser experimentados, estas considerações não cobrem senão a pequena parcela das importantes questões que os novos programas colocam e que em parte as nossas reuniões focaram. Este texto, elaborado em pouco tempo e de maneira entrecortada, dá uma pálida ideia dos nossos debates que, além disso tinham destinatário diferente: pessoas que, em princípio, conheciam bem os programas de cada ano, a sua sequência e a forma de os pôr em prática.

Na reunião promovida em 17 de Julho de 1990 pela Associação Portuguesa de Geógrafos tomámos consciência de diversos factos que desconhecíamos e de importantes questões sobre os novos programas que não nos parecem resolvidas. Chamamos neste texto a atenção para algumas, mas estamos certos que muitas outras haveria a corrigir e que uma reflexão menos apressada e ampla é imprescindível.

### 7º ANO

1. A lógica que presidiu à elaboração deste programa não se percebe. A nossa crítica assenta em três aspectos fundamentais:

- ◆ Ausência de título;
- ◆ Falta de articulação vertical com o programa de História e Geografia de Portugal (2º Ciclo);
- ◆ Incoerência da estrutura interna do programa.

2. Embora seja enunciado nas páginas introdutórias que o objecto de estudo é a Europa, não há título explícito para o programa e a estrutura incoerente do 1º capítulo não define correctamente o objecto de estudo nem a perspectiva. Essa indefinição está bem patente nos títulos dos restantes temas que começam, todos, por "Uma Europa...".

3. O 1º tema pressupõe o conhecimento de conceitos de geografia política totalmente desadequados ao nível etário dos alunos. Além disso, há um entendimento incorrecto das raízes históricas duma Europa que não se define e é inconcebível que a apresentação deste subtema se suceda ao das dimensões e fronteiras. O subtema "A Europa dos grandes blocos" está desgarrado porque são omitidos os seus processos de formação, história e interdependência. Trata-se de uma questão demasiado complexa para o nível etário dos alunos, pelo que seria preferível a sua omissão a uma simplificação deformante.

Consideramos que este primeiro tema deveria ter um título e um conteúdo diferentes que permitissem a articulação histórica e geográfica com o 2º ciclo. "Nós e a Europa" sugere que o nosso País não pertence a este espaço, sendo preferível designá-lo por "Portugal na Europa" e não o entender como capítulo isolado mas introdutório e enunciativo da perspectiva que deve nortear o programa.

4. A incoerência, a inadequação dos conceitos ao nível etário dos alunos e aos próprios temas e subtemas, a deficiente articulação e hierarquização dos conceitos, e a falta de critério na definição das escalas de análise prepassam todo o programa.

5. Torna-se difícil encontrar um exemplo de coerência num programa que:

- ◆ considera os contrastes na qualidade de vida independentes do equilíbrio ambiental e, qualquer deles, dissociados das actividades económicas;
- ◆ individualiza um capítulo sobre "Uma Europa em movimento" onde se pretende chegar ao estudo das novas tecnologias mas sem compreender o espaço que lhes é próprio. Assim, a indústria, as cidades e o espaço rural são analisados segundo padrões ultrapassados. Há uma visão dogmática do papel da grande indústria na organização do espaço, perdendo-se o efeito da terciarização e, sobretudo, o papel organizador das pequenas e médias empresas apoiadas na inovação tecnológica, nomeadamente ao nível dos transportes e comunicações.
- ◆ não define as escalas de análise nem utiliza as mais adequadas aos fenómenos em estudo; além disso, há frequentes transposições de escalas que não são esclarecidas, facto particularmente grave atendendo ao nível etário dos alunos.

6. A sistematização das críticas ao programa apresentado é bastante difícil face à confusão de ideias e inerente incoerência dos temas e sub-temas.

Assim, não nos parece possível sugerir alterações a esta proposta de programa, a qual não nos pode merecer, senão, uma rejeição liminar.

## 9º ANO

1. O programa não tem título e os temas apresentam-se desligados uns dos outros. Se o objectivo é compreender o desenvolvimento desigual no espaço mundial e os problemas decorrentes do mundo actual, a situação das pessoas é a sua vivência em locais num sistema global. Ora não há no programa uma articulação criteriosa entre espaço planetário, político (países) e vivencial. E como esta interdependência não é assumida, ressalta uma grande confusão que não pode proporcionar uma formação adequada a compreender os problemas do mundo actual.

2. O programa sobrepõe, de uma maneira desarticulada, 3 grandes blocos: 1º - A População, tema herdado dos programas ainda em vigor (tema 1); 2º - uma cópia, incorrecta e desadequada a este nível etário, de programas universitários de Geografia Económica e Social (pontos 2 e 3); 3º - um bloco sobre o equilíbrio do planeta, sem quaisquer referências espaciais (ponto 4).

Em qualquer deles existe uma grande desarticulação entre conceitos, conteúdos e metodologias.

3. A População é tratada de uma forma primária, assente numa noção estática e incorrecta de recursos e contraditória com o que se pretende no restante programa. Os sub-temas atingem um nível de desagregação que não é respeitado nos outros pontos do programa e a ordem por que surgem é inaceitável: como se pode perceber as políticas demográficas antes de analisar a repartição da população?

O tratamento dos movimentos de população é incompreensível porque se apoia numa noção ambígua de "ciclo" e não é retomado no tema da "Interdependência Mundial".

A interdependência, a hierarquização e a informação só são manifestas no movimento de bens e capitais. São, portanto, exteriores às pessoas e acima delas.

4. Continua excluída a noção de escala para se estudarem fenómenos como a distribuição desigual dos recursos, produções e população.

5. A análise da interdependência e das desigualdades nos níveis de desenvolvimento pressupõe a aquisição de conceitos difíceis (Estado, fluxos de capitais e informação, mobilidade de diferentes níveis, crescimento/ desenvolvimento, bem-estar, qualidade de vida) totalmente desajustados do nível etário dos alunos e sem suportes conceptuais anteriores. São conceitos que não admitem simplificações, pois, estas teriam um efeito mais deformante do que formativo.

6. Para além da desarticulação, já referida, entre o tema 4 e o restante programa, ele é abordado sem qualquer perspectiva geográfica.

O estudo do Ambiente e Território obriga a uma criteriosa articulação interdisciplinar que ainda não deu os primeiros passos, pois apenas meia dúzia de especialistas em questões de Ambiente têm ideias mais concretas sobre as disciplinas envolvidas e os conceitos a reelaborar nesta equipa interdisciplinar. Dado, portanto, que esta redefinição de conceitos está no início da fase de investigação e experiência, parece-nos irrealista e enganador que se possa admitir um ensino suficientemente coerente das questões de Ambiente e Território no ensino secundário. É que, pela falta de um esclarecimento das questões metodológicas básicas que está por fazer e pela ausência de pessoas devidamente formadas, o ensino de um tema de Ambiente num programa de Geografia do Ensino Básico apresenta-se seriamente defraudado e nada sério.

Pretensas inovações deste tipo não ajudam a formar a estrutura mental dos alunos mas, pelo contrário, a deformá-la, distorcendo o próprio sentido da acção de ensinar.

7. Em suma, a nossa opinião sobre o programa é no sentido da sua rejeição, porque:

- ◆ já reconhecemos incoerência ao programa do 7º Ano e desarticulação entre os programas previstos para o 3º ciclo;
- ◆ há incoerências graves na sua estrutura interna;
- ◆ em detrimento duma apresentação estruturada e simples de conceitos elementares, pretende introduzir temas difíceis que assentam em matérias diversas, cuja integração está desadequada do nível etário dos alunos.

## Considerações sobre os novos Programas

*Maria Isabel Matos Godinho* – Faculdade de Letras de Coimbra  
*Lucília Dora Andrade de Gouveia* – Esc. Secundária José Falcão

Na sequência da reunião realizada no dia 17 de Julho, na qual participámos a convite da APG, apresentamos algumas notas que reflectem a nossa preocupação relativamente ao lançamento dos novos programas e à formação dos professores que os irão leccionar.

Por questão de sistematização a síntese que a seguir se apresenta aparece dividida em duas partes:

1. Notas relativas à análise geral dos programas;
2. Notas relativas ao lançamento dos novos programas e à formação dos professores.

1. A preocupação dos professores presentes relativamente aos programas de História e Geografia do 2º ciclo (5º e 6º anos) justifica-se pela sua deficiente estruturação. Com efeito, por força das circunstâncias, a componente geográfica foi introduzida num programa de História previamente elaborado, daí resultando a má integração dessa componente geográfica e falta de clareza e simplicidade no fio condutor. A extensão dos programas, a formação dos professores que os irão leccionar (maioritariamente de História) são aspectos que, ligados ao anterior, não deixarão de se reflectir na imagem com que os alunos irão ficar do quadro geográfico de Portugal.

A esse respeito parece-nos importante a intervenção de um dos presentes na reunião que chamou a atenção para o facto da estrutura do pensamento da criança nestas idades ser muito virada para o concreto e, daí, dever ser a História a "submeter-se", se assim se pode dizer, à Geografia e não o contrário. Por outro lado, tendo em conta o nível etário dos alunos, as metodologias propostas e o número de horas semanais atribuídas à disciplina, o programa parece-nos ambicioso pelo que se corre o risco de não haver condições para a sua exequibilidade com todas as consequências negativas que isso acarreta, "designadamente a dificuldade de articulação vertical com o programa de Geografia do 7º ano".

Relativamente ao 3º ciclo, a equipa de programas, tendo de contornar o problema sério da existência do já tão falado hiato do 8º ano, com o qual não podemos de forma alguma concordar, optou por procurar "transmitir a sensação de uma viagem" pela Europa (7º ano) e pelo Mundo (9º ano), concepção que nos parece correcta, dentro do condicionalismo referido.

Quanto ao programa do 7º ano consideramos, em primeiro lugar, haver um certo desajustamento entre o título e os conteúdos porque "Nós" (Portugal) não é devidamente considerado, aspecto tanto mais grave quanto o quadro de referências espaciais do território português construído no 2º ciclo pode ser bastante deficiente. Daí ter-se levantado, no decorrer da reunião, a questão de saber "qual será a imagem mental que os alunos terão de Portugal ao concluírem o 3º ciclo?".

A adequação do programa ao nível etário dos alunos levantou também algumas questões, designadamente no que respeita à necessidade de uma mudança frequente de escala de análise na abordagem dos diferentes temas.

O programa do 9º ano talvez coloque, globalmente, menos discussão considerando-se fundamental para a abordagem de muitos dos temas que a componente física não seja esquecida.

Quanto ao ensino secundário não nos parece que a Geografia esteja devidamente considerada no plano curricular; por exemplo, ela deveria estar presente nos cenários 1, 2 e 5.

Apesar de não nos ter sido possível fazer uma análise aprofundada dos programas do 10º e 11º anos, uma visão rápida permitiu-nos concluir haver uma distribuição desequilibrada dos tempos lectivos pelos diversos temas. Consideramos, por exemplo, que ao ponto 4 do referido programa deveria ser atribuído um maior número de tempos lectivos o que permitiria retomar e aprofundar temas dos programas anteriores, agora com alunos de nível etário mais elevado.

Chamamos também a atenção para a ambiguidade da situação da disciplina do 12º ano "Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social". É urgente que os professores de Geografia tomem conhecimento do projecto de programa dessa disciplina.

Globalmente considerados, os objectivos programáticos e as metodologias sugeridas estão de acordo, por um lado, com as grandes finalidades da Lei de Bases do Sistema Educativo e, por outro, com as modernas correntes pedagógico-didácticas. O problema é:

- articular objectivos/sugestões metodológicas com programas extensos e descritivos, como foi sugerido no decorrer da reunião;
- saber se há condições para pôr em prática os novos programas com sucesso.

2. Os aspectos que a seguir irão ser apresentados são o resultado das reflexões feitas na reunião do passado dia 17 de Julho e da troca de impressões com uma colega que vai leccionar o novo programa do 10º ano e nos deu conta de algumas das suas preocupações.

É indispensável que nas acções de formação em diferido dos professores que vão leccionar o 5º ano, estejam presentes professores de Geografia. Nas escolas C+S deverão ser os próprios Conselhos Directivos a promover essa interacção (professores de Geografia e História). Só assim será possível ser tratada convenientemente a componente geográfica.

- b) Num futuro próximo os programas do 5º e 6º anos devem poder ser dados por professores de Geografia e História em condições de igualdade; para isso é necessária desde já uma formação adequada, a nível universitário. A reformulação dos curricula universitários é urgente e deve ser adaptada às exigências do mercado de trabalho.
- c) As acções de formação, para todos os níveis, deverão ser extensivas, para além dos professores que vão dar os novos programas, aos orientadores de estágio do ramo educacional e a representantes dos professores das didácticas específicas. É indispensável que os professores estagiários sejam orientados dentro da nova linha metodológica.
- d) É indispensável que nas E.S.E. haja professores de Geografia na formação inicial, pois não se compreende a inexistência de uma disciplina que contemple a componente geográfica que, aliás, está representada nos programas do 1º ciclo.
- e) Dadas as características metodológicas dos novos programas, para além da formação dos professores, deverá exigir-se a criação de centros de recursos materiais que respondam prontamente às necessidades das escolas.
- f) Deverá o Ministério da Educação promover acções de sensibilização por exemplo através dos mass media da população em geral e em especial das associações de pais e encarregados de educação, autarquias, comunidades, etc., no sentido de os tornar receptivos às novas metodologias. A experiência tem-nos mostrado que alguns pais e encarregados de educação são pouco receptivos a metodologias novas.
- g) O Ministério da Educação deveria divulgar com bastante antecedência quais as Escolas onde os novos programas irão funcionar em 1981/82.

## **Disciplina integrada de História e Geografia de Portugal ou desintegração da Geografia de Portugal no período de Escolaridade Obrigatória?**

---

*José Queiroz Marques dos Santos* – Faculdade de Letras do Porto

Deve ter sido extremamente difícil a tentativa levada a cabo pelos autores do Projecto de Programa de História e Geografia de Portugal destinado ao 2º ciclo do Ensino Básico, ao procurarem ajustar e integrar estas duas componentes.

A tarefa, provavelmente, implicou um trabalho árduo de adaptação, já que a História e a Geografia possuem objectos distintos cujas lógicas são bem diferentes. Enquanto a primeira se desenvolve estudando factos e situações que ocorreram ao longo do tempo, tornando razoável o processamento de um encadeamento cronológico na estruturação do programa, a Geografia pretende incidir sobre o espaço vivido, analisando-o, procurando descobrir as relações existentes entre as componentes que o moldam, no sentido de ser perspectivado um ordenamento racional que conduza ao bem-estar da humanidade. Aqui o encadeamento cronológico tradicional tem um significado menor, o que não quer dizer que seja totalmente posto de lado. Adquire mesmo importância quando tomado em sentido contrário, isto é, quando a análise do espaço implica uma retrospectiva temporal. Também tem de ser tomado em conta noutras circunstâncias diferentes, que nem todas as correntes de pensamento geográfico aceitam, particularmente quando se pretendem fazer previsões.

Em qualquer dos casos, porém, o ponto de partida é o momento presente, quando, para a História, este é o ponto de chegada.

É por isso que, atrás, se admite que tenha havido enormes dificuldades em ajustar e integrar as duas componentes.

Será mesmo que houve ajustamento e integração?

Sem procurar dar uma resposta definitiva, vejamos o que deve ser entendido por estes dois termos.

Há ajustamento de conceitos e de conteúdos quando estes se põem lado a lado, ou quando se estruturam segundo um fio condutor que materializa uma sequência lógica, sem que percam grande parte da sua autonomia e do seu significado inicial. Podem possibilitar o aparecimento de novas formas de interpretação, o que não significa, necessariamente, que se esteja perante uma nova disciplina. A integração implica a integração num todo. Os conceitos e os conteúdos aglutinam-se, perdem autonomia, podendo mesmo dar origem a novos conceitos e a

novos conteúdos. Formam-se áreas interdisciplinares susceptíveis de criarem novas disciplinas.

É evidente que entre as duas situações expostas podem definir-se casos intermédios, casos mais próximos do ajustamento e outros mais próximos da integração. Dependem dos objectivos em vista e da maior ou menor facilidade de pôr em jogo os objectos das disciplinas de onde provêm os conceitos e os conteúdos que importa ajustar ou integrar.

No caso da História e Geografia de Portugal destinada ao 2º ciclo do Ensino Básico é nítido que o ajustamento foi conseguido, mas o mesmo já não sucedeu com a integração, dando a este termo o significado que atrás se expôs.

Para além das dificuldades acrescidas que haveria ao procurar-se a integração, tomada conforme foi referida, outros problemas adviriam como corolários imediatos. Um dos mais preocupantes relacionar-se-ia com a componente científica do perfil dos docentes que viessem a leccionar a nova disciplina integrada. Mesmo assim, considerando que a solução encontrada constitui uma situação mais ou menos intermédia entre o ajustamento e a integração, não vai ser fácil encontrar docentes que abarquem simultânea e equilibradamente todos os conteúdos programáticos propostos.

Fazendo incidir a atenção sobre a distribuição e o escalonamento dos que têm raiz geográfica, verifica-se que estes se encontram em maior número na parte do projecto de programa referente ao 6º ano de escolaridade, o que está absolutamente de acordo com o que foi exposto até agora, na medida em que é aqui que é tratado o tema "*Portugal hoje*", inequivocamente o que apresenta também uma índole integradora mais evidente.

O mesmo já não se poderá dizer do tema "*Portugal no passado*". Muito mais difícil de integrar, como é óbvio, possui subtemas em que a inserção de conceitos de proveniência geográfica é forçada, particularmente no que se refere às técnicas ou actividades seguidas para os seus desenvolvimentos metodológicos.

É o caso do subtema "*Portugal no tempo de D. Dinis*" em que se sugere o estudo do clima e da vegetação, evidenciando a distribuição da temperatura e da precipitação, a variação da amplitude térmica, o número de meses secos em Portugal, a partir da leitura e registo de valores mais de acordo com os tempos actuais.

O mesmo sucede com o subtema "*Portugal no tempo de D. Manuel I*", em que se sugere o estudo do clima e da vegetação dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Reconhece-se, no entanto, que o procedimento que houve com estes e com outros conteúdos de base geográfica pode contribuir para que a disciplina de

História e Geografia de Portugal adquira, dentro do possível, conforme já foi dito, algum sentido integrador.

Não é menos verdade, no entanto, que a Geografia de Portugal acaba por ser desintegrada neste nível de ensino.

À partida, esta situação não parece alarmante porque os alunos ainda não atingiram, na generalidade, um estágio de desenvolvimento formal que lhes permita adquirir conhecimentos seguros capazes de interpretar e de relacionar entre si as características e os aspectos geográficos do país.

Tal desenvolvimento é atingido posteriormente, mais ou menos entre os 12-13 anos e os 15-16 anos, só que, durante este período, que corresponde ao 3º ciclo do Ensino Básico, os alunos não voltam a ter Geografia de Portugal.

Podia parecer que o tema "*Nós e a Europa*", com que se inicia o programa do 7º ano de escolaridade, retoma o estudo geográfico de Portugal, mas assim não acontece, na medida em que todo ele se volta para as relações de Portugal com a Comunidade Europeia.

De tudo isto resulta uma situação, no mínimo, insólita.

Com o alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, período em que todos os alunos devem adquirir os conhecimentos de base necessários à sua condição de cidadãos que se espera venham a ser intervenientes no desenvolvimento do país, a Geografia de Portugal, enquanto disciplina autónoma, deixa de fazer parte dos planos curriculares da referida escolaridade obrigatória ...

O facto do Projecto de Programa do 10º/11º anos de escolaridade a contemplarem fortemente, não justifica nada, pois a escolaridade obrigatória, onde a Geografia de Portugal deve ser reposta, termina com o 9º ano.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓGRAFOS  
Pl. Professor Sousa da Câmara, 17  
387 87 87 - 1000 LISBOA

## **Algumas considerações sobre a proposta de Programas de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico**

---

*Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho* – Faculdade de Letras do Porto

### **1. Considerações Gerais**

A proposta de programas para o 3º ciclo não pode deixar de ser encarada mediante o que se lhe encontra imediatamente a montante e a juzante. Impõe-se, assim, uma breve abordagem dos projectos de programa de História e Geografia de Portugal (2º ciclo) e de Geografia no ensino secundário (10º e 11º anos).

Uma primeira conclusão é a de que a Geografia, nas nossas escolas, se irá apresentar como uma viagem cujo início se encontra em Portugal e que terminará no espaço planetário ou novamente no espaço nacional. Constitui, portanto, um progressivo alargar de horizontes (Portugal/Europa/Mundo) seguido, nalguns casos, de regresso ao território português, para o abordar numa nova e mais ampla perspectiva.

Relativamente aos projectos de programa para o 3º ciclo, começarei por fazer alguns comentários aos três primeiros elementos fornecidos: esquemas conceptuais, finalidades e objectivos gerais.

Agradou-me constatar o alcance e flexibilidade destes constituintes, nomeadamente a possibilidade de abertura a acções interdisciplinares e a integração de tratamento de informação. Saliento, ainda, a valorização do campo sócio-afectivo.

Relativamente à conjugação destas três componentes verifica-se que há correspondência entre elas.

Objecções, levanto, quanto aos objectivos gerais que se definiram. Será difícil que um aluno de 7º ano os consiga atingir, na medida em que só nessa idade estará a iniciar a passagem do pensamento concreto ao pensamento formal. Por outro lado, o hiato correspondente ao 8º ano criará entraves às aprendizagens e aos objectivos propostos para o 9º ano.

Em termos de articulação horizontal, estranho não ter havido referência à disciplina de História. Tratando-se de um programa de Geografia com uma forte componente Humana, creio que a interligação com aquela área do saber se torna imprescindível. A ausência de tal preocupação afigura-se-me um contra-senso pela própria estrutura do plano curricular: a Geografia e a História integram, em

conjunto, a área das Ciências Humanas e Sociais (Dec.-Lei nº 268/89). Aliás, uma rápida leitura dos temas/conteúdos do programa de 7º ano apela, imediatamente, para tal abordagem.

Quanto à articulação vertical várias dúvidas se me levantam:

- ◆ o programa do 2º ciclo está notoriamente virado para o campo da História. Como tal, permitirá que o aluno adquira efectivamente "conceitos operatórios" de Geografia? Estará o aluno, que inicia o 3º ciclo, possuidor de conhecimentos do espaço geográfico português de modo a que a nova etapa de estudo possibilite o "alargamento progressivo do seu espaço geográfico"?
- ◆ não serão, muitos dos conceitos exigidos para o 2º ciclo, demasiado ambiciosos para o respectivo escalão etário? Mês seco, bacia hidrográfica, acessibilidade, distâncias relativas, ..., são conceitos que implicam considerável capacidade de abstracção.

Em relação à articulação interna do 3º ciclo creio existir uma razoável correspondência entre os temas/conteúdos dos 7º e 9º anos.

Na grelha de desenvolvimento desta proposta de programas existe uma coluna intitulada "Aproximação aos objectivos gerais". Parece-me que:

- ◆ a redacção dada permite interpretações demasiado diversas que, se por um lado, possibilitam múltiplas oportunidades educativas de exploração, por outro lado, podem vir a servir de salvaguarda para exagerada heterogeneidade do processo ensino-aprendizagem por este país fora. Sugiro, portanto, uma ponderação quanto à clareza indispensável e à especificidade desejável;
- ◆ não foi conseguida, neste plano prático, a pretendida inversão da "hierarquia tradicional da tríade de objectivos". Ao contrário do que se afirma na página 2 da proposta, continua-se a privilegiar o domínio cognitivo.

Considero de grande utilidade os exemplos de "técnicas/actividades", pois além de constituírem pistas para tratamento dos temas, sugerem práticas pedagógicas que promovem a real actividade.

## 2. Programa de 7º Ano

Os temas/conteúdos são válidos e significativos no campo cultural da nossa sociedade em mutação, afigurando-se-me resultantes de uma vincada preocupação com as dimensões formativa, informativa e relacional e integradora da Geografia. A sequência parece-me bem articulada.

Em contrapartida, não creio que o aluno de 7º ano esteja em condições de interiorizar muitos dos conceitos e, principalmente, de conjugar diversos factos interligando-os:

- ◆ "compreendam a actual organização do espaço rural como resultante da interacção das condições físicas e das exigências do mercado" (Tema 2);
- ◆ "relacionem os movimentos de pessoas, de bens e de informação e a desigual implantação das redes de transportes com a organização do espaço europeu" (Tema 3);
- ◆ "reconheçam o contributo das trocas de bens e de serviços para a progressiva integração dos diferentes países no contexto europeu" (Tema 3);

são alguns dos vários exemplos que poderia citar em que se exige, a alunos de 12 anos, um pleno domínio do pensamento formal.

### Tema 1

A rubrica 1.3. está desajustada da actual realidade europeia. Não se justifica, presentemente, que continuemos a insistir numa Europa dividida. Seria preferível algo como "Da Europa dos grandes blocos a uma Europa unificada" ou "A Europa a caminho da unificação".

A rubrica 1.1. coloca-me problemas referentes à articulação com conhecimentos que os alunos tragam dos ciclos precedentes. Os conceitos relacionados com a Orientação e com a Localização Relativa já foram abordados? O programa de História e Geografia de Portugal não contempla tais matérias.

As rubricas 1.2. e 1.3. merecerão diferentes abordagens consoante tais assuntos tiverem sido ou não objecto de estudo na disciplina de História.

## 3. Programa de 9º Ano

Embora uma leitura dos temas/conteúdos nos aponte para um programa de Geografia Humana, as "Observações/Sugestões Metodológicas" mostram-nos a necessidade de introdução de grande quantidade de conhecimentos ligados à Geografia Física. Deste modo, a proposta programática apresenta-se bastante extensa, havendo, novamente, o perigo do não cumprimento do programa (apesar das 4 horas semanais).

No tema 1, o apelo a conteúdos do domínio da Geografia Física aumentará consideravelmente a complexidade de qualquer planificação.

Considero os temas/conteúdos seleccionados como relevantes do ponto de vista social, válidos e significativos e, ainda, susceptíveis de despertar/desenvolver a motivação dos alunos.

## 4. Conclusão

Temo pela inviabilidade de implementação da proposta de programas para o 3º ciclo: o de 7º ano, tendo em conta a inadequação à experiência e nível de

desenvolvimento dos alunos; o de 9º ano, pela sua extensão que dificultará a planificação e impossibilitará o cumprimento dentro dos limites de tempo e de recursos disponíveis.

Paralelamente, tais programas, não deixam de exercer um certo fascínio, em especial no que concerne à aprendizagem do espaço europeu e à vertente ecogeográfica que proporcionam.

## LEGISLAÇÃO

---

DECRETO-LEI nº 53/90, de 13 de Fevereiro – Aprova o Sistema Nacional de Informação Geográfica e cria o Centro Nacional de Informação Geográfica.  
(D.R./ Iª série – nº 37 de 13.02.90, p.572)

DECRETO-LEI nº 69/90, de 2 de Março – Disciplina o regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território.  
(D.R./ Iª série – nº 51 de 02.03.90, p.880)

LEI nº 10/90, de 17 de Março – Lei de bases do sistema de Transportes Terrestres.  
(D.R./ Iª série – nº 64 de 17.03.90, p.1306)

DECRETO-LEI nº 93/90, de 19 de Março – Revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 321/83, de 5 de Julho.  
(D.R./ Iª série – nº 98 de 28.04.90 – SUPLEMENTO, p.1350)

PORTARIA nº 244/90, de 5 de Abril – Cria o Conselho de Acompanhamento da Reforma Curricular.  
(D.R./ Iª série – nº 80 de 05.04.90, p.1678)

DECRETO-LEI nº 139-A/90, de 28 de Abril – Aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.  
(D.R./ Iª série – nº 98 de 28.04.90 – SUPLEMENTO, p.2040-2)

DECRETO-LEI nº 144/90, de 5 de Maio – Coloca em situação de igualdade, para efeitos de antiguidade, todos os docentes que vierem a ser providos nos termos das disposições transitórias do Decreto-Lei nº 389/88, de 25 de Outubro.  
(D.R./ Iª série – nº 103 de 05.05.90, p.2111)

DECRETO-LEI nº 186/90, de 6 de Junho – Sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos e projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente.  
(D.R./ Iª série – nº 130 de 06.06.90, p.2462)

LEI nº 14/90, de 9 de Junho – Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.  
(D.R./ Iª série – nº 133 de 09.06.90, p.2516)

DECRETO-LEI nº 196/90, de 18 de Junho - Altera o Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro (regulamenta a Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa).  
(D.R./ Iª série - nº 138 de 18.06.90, p.2560)

DECRETO-LEI nº 204/90, de 20 de Junho - Estabelece medidas de protecção de animais selvagens, necrófagos e predadores.  
(D.R./ Iª série - nº 140 de 20.06.90, p.2608)

PORTARIA nº 489/90, de 29 de Junho - Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior no ano de 1990.  
(D.R./ Iª série - nº 148 de 29.06.90 - SUPLEMENTO, p.2756-2, publicado conjuntamente com o D.R./ Iª série, nº 194 de 23.08.90)

PORTARIA nº 583/90, de 25 de Julho - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.  
(D.R./ Iª série - nº 170 de 25.07.90, p.3074)

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº 25/90 - Reestrutura a Comissão Interministerial de Estudos Urbanos e Regionais.  
(D.R./ Iª série - nº 175 de 31.07.90, p.3130)

LEI nº 43/90, de 10 de Agosto - Exercício de direito de petição.  
(D.R./ Iª série - nº 184 de 10.08.90, p.3304)

PORTARIA nº 760-A/90, de 28 de Agosto - Cria os quadros privativos do pessoal docente dos ensinos preparatório e secundário para o ano lectivo de 1990-1991.  
(D.R./ Iª série - nº 198 de 28.08.90 - SUPLEMENTO, p.3498-5)

PORTARIA nº 781/90, de 1 de Setembro - Define os limites temporais e outras condições organizativas do desenvolvimento da experiência pedagógica de aplicação dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, aprovados pelo Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto.  
(D.R./ Iª série - nº 202 de 01.09.90, p.3550)

LEI nº 54/90, de 5 de Setembro - Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico.  
(D.R./ Iª série - nº 205 de 05.09.90, p.3580)

DESPACHO NORMATIVO nº 101/90, de 10 de Setembro - Permite a colocação de pessoal docente dos ensinos básico e secundário para preenchimento dos horários completos ou incompletos ainda disponíveis.  
(D.R./ Iª série - nº 209 de 10.09.90, p. 3674)

DESPACHO NORMATIVO nº 101-A/90, de 10 de Setembro - Determina que os concursos de professores dos ensinos preparatório e secundário para preenchimento dos horários ainda disponíveis se realizem de acordo com o

âmbito geográfico definido para as coordenações de área educativa das direcções regionais de Educação, nos termos do nº2 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 361/89, de 18 de Outubro.  
(D.R./ Iª série - nº 209 de 10.09.90 - 2º SUPLEMENTO, p.3674-84)

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº 38/90, de 14 de Setembro - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral.  
(D.R./ Iª série - nº 213 de 14.09.90, p.3773)

#### REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL nº 2/90/A - Estabelece o regime de celebração de contratos programa de desenvolvimento de natureza sectorial ou plurisectorial entre a administração regional autónoma dos Açores e os municípios da Região.  
(D.R./ Iª série - nº 15 de 18.01.90, p.269)

#### REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL nº 12/90/M - Altera o artigo 47º do Decreto Legislativo Regional nº 4/88/M, de 18 de Maio, que reformula os quadros docentes das escolas preparatórias e secundárias da região Autónoma da Madeira e fixa novos mecanismos para a colocação de professores naqueles estabelecimentos de ensino.  
(D.R./ Iª série - nº 118 de 23.05.90, p.2335)

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL nº 17/90/M - Cria um quadro para a integração dos docentes dos ensinos preparatório e secundário portadores de habilitação suficiente e vinculados à Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego.  
(D.R./ Iª série - nº 132 de 08.06.90, p.2502)

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL nº 19/90/M - Aplica à Região Autónoma da Madeira o disposto no nº 69/90, de 2 de Março (disciplina o regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território).  
(D.R./ Iª série - nº 168 de 23.07.90, p.3063)

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL nº 16/90/M - Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei nº 464/88, de 15 de Dezembro, que aplica a Portugal o Regulamento Comunitário relativo à Protecção das Florestas contra a poluição Atmosférica.  
(D.R./ Iª série - nº 168 de 23.07.90, p.3063)

Informação coligida por *Bernardo de Serpa Marques*

### Provas de doutoramento

#### Na Universidade Clássica de Lisboa:

**José Manuel Simões** – *Saúde: o Território e as desigualdades*. Lisboa, 1989, 470 p.  
Projecto de investigação: *Desporto: Território e Desenvolvimento. Um projecto de Investigação em Geografia Humana*.

### Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica:

#### Na Universidade Nova de Lisboa:

**Henrique Souto** – *A pesca em Portugal no novo contexto comunitário – o caso de Peniche*. (capacidade científica); *As quintas de Évora no contexto do povoamento rural português* (aptidão pedagógica). Provas apresentadas em Julho de 1990.

**José Eduardo Costa** – *Planeamento urbanístico e gestão autárquica no concelho de Oeiras* (capacidade científica); *O poder local e a organização do Território* (aptidão pedagógica). Provas apresentadas em Julho de 1990.

**José António Tenedório** – *Concepção de cartas de uso e de evolução de uso do solo por interpretação da fotografia aérea vertical. Almada – exemplo metodológico* (capacidade científica). Prova apresentada em Dezembro de 1988 (por lapso de informação citámos esta prova, de forma incorrecta, no último Inforgeo; queremos expressar as nossas desculpas ao autor e aos leitores).

#### Na Universidade do Porto:

**Carlos Bateira** – *A depressão de Ota-Carregado e colinas ocidentais. Contribuição para o estudo da evolução geomorfológica e dinâmica actual* (capacidade científica). Prova apresentada em Setembro de 1990.

## CURSOS / REUNIÕES / COLÓQUIOS

---

Realizaram-se ou vão realizar-se os seguintes eventos:

*I Jornadas de Geografía y Comercio: grandes superficies comerciales.* Madrid, 24 a 26 de Setembro de 1990. Organizado pela Universidad Complutense.

*I Jornadas de Estudios Geograficos IberoAmericanos: La población Iberoamericana y su problemática actual.* Salamanca, Foro de Iberoamerica, de 26 a 28 de Setembro de 1990.

*Le Commerce des Centres-ville.* Limoges, 10 a 12 de Outubro de 1990. Colóquio com a participação de alguns geógrafos portugueses.

*Geologia aplicada e do Ambiente.* Lisboa, 5 a 9 de Novembro de 1990. Organizado pelo Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências.

*Viver na Periferia.* Encontro Luso-Brasileiro. Queluz, 8 a 10 de Novembro de 1990. Organização de Veredas - Cooperativa Cultural de Sintra, CRL e da revista Sociedade e Território

*III curso de actualização em Ecologia e conservação da Natureza.* Lisboa, 9-11 de Novembro de 1990, promovido pela Liga para a Protecção da Natureza.

*1<sup>as</sup> Jornadas sobre o Mundo Rural.* Bragança, 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 1990, promovidas pelo Instituto Superior Politécnico de Bragança. Contacto: Quinta de St<sup>a</sup> Apolónia, apartado 38 5300 BRAGANÇA (tel.-073-29976).

*3<sup>a</sup> Feira Internacional de Lisboa de Minerais, Gemas e Fósseis,* 7-9 de Dezembro, promovida pelo Museu Nacional de História Natural, na R. da Escola Politécnica, 58, em Lisboa.

*1<sup>as</sup> Jornadas de comercialização dos produtos hortícolas.* Faro, 11-13 de Dezembro de 1990, organizadas pela Direcção Regional de Agricultura da Algarve. Contacto: Apartado 282 Patação 8000 FARO.

*Agricultures et paysanneries en Amerique Latine.* Mutations et recompositions, Colloque International, Toulouse, 13-14 de Dezembro de 1990.

*Reconstrução e reabilitação urbana* (Conferências Internacionais Sobre Alojamento), Lisboa (Auditório da FIL), 15 e 16 de Dezembro de 1990, organização da URBE e do Instituto Nacional de Habitação. Contactar: Rua do Século, 156-1<sup>o</sup>, 1200 LISBOA.

## Encontros de Geografia

Na sequência dos ENCONTROS DE GEOGRAFIA organizados pela APG no passado ano lectivo, damos continuidade a essa iniciativa, estando previstos os seguintes encontros:

- AVEIRO Tema: Crescimento Urbano. Problemas e instrumentos para a sua resolução. Participam os Prof. Drs. Teresa Barata Salgueiro, Jorge Arroiteia e Lúcio Cunha e a Dr<sup>a</sup> Isabel Boura.  
Dia 16 de Janeiro, às 14 horas. Local: CIFOP, em Aveiro.
- FARO e FUNCHAL - Tema: A dimensão ambiente nos novos programas de Geografia. Participa o Prof. Dr. Gomes Guerreiro e a Dr<sup>a</sup> Isabel Melo.  
Local, dia e hora a anunciar.
- LISBOA - Tema: Planeamento territorial: um novo tema nas propostas de programas de Geografia. Participa o Prof. Dr. José Manuel Simões e os Drs. Helder de Sousa, Isabel Margarida André e Luísa Alves.  
Local, dia e hora a anunciar.

Contamos com todos os sócios na divulgação destas actividades, cujos programas pormenorizados serão oportunamente enviados aos sócios mais próximos dos locais dos ENCONTROS. Informações sobre os ENCONTROS podem ser pedidas para a sede da APG.

### Outras notícias

Em Julho de 1990 a Associação de Jovens Geógrafos de Lisboa, promoveu, na Sociedade de Geografia de Lisboa, o lançamento do primeiro número da revista internacional *The European Geographer*.

A Associação Portuguesa de Educação Ambiental, está aberta a inscrições dos interessados. Tem como objectivos principais, a produção de conhecimentos e a contribuição para a formação e promoção de docentes e animadores no domínio da Educação Ambiental. O contacto da AsPEA é: Apartado 4021 - 1501 Lisboa Codex.

*Painel sobre as relações entre a História e a Geografia*, Lisboa, Escola Secundária Rainha D. Leonor, 8 de Janeiro de 1991 (18 horas). Realização conjunta da Associação Portuguesa de Geógrafos e Associação de Professores de História. Participam os Professores *José Mattoso* e *Carlos Alberto Medeiros*.  
**Nota:** Nesta sessão, serão anunciados cursos de formação sobre História e Geografia de Portugal que decorrerão em Lisboa durante o mês de Fevereiro.

II Jornadas de Geografia Humana da Universidade de Coimbra - "*Terciarização e Desenvolvimento*", Coimbra, 22 a 24 de Janeiro de 1991, promovidas pelo Instituto de Estudos Geográficos. Inscrição: 5000 escudos; Estudantes: 1000 escudos. Limite para inscrição: 13/12/90.

*Acesso e promoção pública de habitação* (Conferências Internacionais Sobre Alojamento), Lisboa (Auditório da FIL), 16 e 17 de Fevereiro de 1991, organização da URBE e do Instituto Nacional de Habitação. Contactar: Rua do Século, 156-1<sup>o</sup>, 1200 LISBOA.

V Encontro Nacional de Professores de Geografia, Coimbra (Reitoria da Universidade), 18-20 de Fevereiro de 1991. Organizado pela Associação dos Professores de Geografia

*Primer Congrés Català de Geografia*. Barcelona, 11 a 15 de Março de 1991, organizado pela Societat Catalana de Geografia.

*Alojamento e política de solos* (Conferências Internacionais Sobre Alojamento), Lisboa (Auditório da FIL), 20 e 21 de Abril de 1991, organização da URBE e do Instituto Nacional de Habitação. Contactar: Rua do Século, 156-1<sup>o</sup>, 1200 LISBOA.

XIII Congresso Internacional da INQUA (International Union for Quaternary Research), Pequim, China, 2-9 de Agosto de 1991.

*Third International Conference on Geomorphology*, Hamilton (Canadá), de 23 a 29 de Agosto de 1991, organizada por International Association of Geomorphologists. Contacto: McMaster University, Hamilton, Ontario, Canadá L8S 4K1.

*International Symposium of Environmental and GIS* (Geographic Information Systems), Asahikawa, Japão, 25-28 de Agosto de 1991.

3<sup>o</sup> Congresso Nacional de Geologia, segunda quinzena de Outubro de 1991, Coimbra, organizado pela Sociedade Geológica de Portugal e Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico de Coimbra.

## U G I – União Geográfica Internacional

### Informações sobre a Comissão de Educação Geográfica

---

A Comissão de Educação Geográfica da União Geográfica Internacional (UGI) tem em curso diversos projectos de investigação cujo âmbito abrange áreas como o desenvolvimento curricular, a formação em serviço, a utilização das Novas Tecnologias de Informação no ensino da Geografia e a didáctica da disciplina.

Os professores e demais investigadores interessados em participar em um ou mais projectos poderão fazê-lo contactando os respectivos responsáveis ou através do correspondente regional da comissão para Portugal (\*).

Os temas que integram os projectos acima mencionados e seus responsáveis são os seguintes:

- ◆ *Visual Learning in Geographical Education*  
– Tony Milne  
Department of Geography, University of NSW  
P.O. box 1  
Kensington, 2033, Australia
  
- ◆ *International Trends in Assessment*
- ◆ *Geography Teaching in and about Pacific Asia*  
– Philip Stimpson  
Dep. of Profess. Studies in Educ., University of Hong Kong  
Pokfulam Road, Hong Kong
  
- ◆ *Using Maps and Graphics in Education*  
– Rod Gerber  
Geography Dep., Brisbane College of Advanced Educ.  
Victoria Park Road, Kelvin Grove,  
Brisbane, Queensland 4059, Australia
  
- ◆ *Centralization of Curricula*  
– Michael Naish  
Institute of Education, University of London, Bedford Way  
London WC 1H OAL, U.K.
  
- ◆ *Hazard Education*  
– John Lidstone  
Brisbane College of Advanced Educ., 130 Victoria Park Road  
Brisbane, Kelvin Grove, Queensland, Australia

- ◆ *Teaching Map Interpretation*
  - Julie Opkala
  - Dep. of Education, University of Nigeria
  - Nsukka, Nigeria
  
- ◆ *Translating Educational Software*
  - David Sharpe
  - Dep. of Geography, Southern Illinois Uni,
  - Carbondale Illinois, 62901, U.S.A.
  
- ◆ *International Models of Continuing Education*
  - Ove Biilmann
  - Royal Danish School, Endrupjev, 101
  - DK - 2400 Copenhagen, Denmark
  - Rod Gerber (morada já mencionada)
  - Michael Williams
  - Univ. College of Swansea, Dep. of Education
  - Hendre Foilan, Swansea, U.K.
  
- ◆ *International Testing*
  - G. Niemz
  - Johann-Wolfgang-Goethe-Universität, Schumannstrasse,
  - 6000 Frankfurt/Main, Germany
  - Joseph Stoltman
  - Geography Department, Western Michigan University
  - Kalamazoo, Michigan 49008, U.S.A.
  
- ◆ *Empirical Research in Geographic Didactics*
  - Helmut Schrettenbrunner
  - Universität Nürnberg, Regensburgerstr., 160
  - 8500 Nürnberg 30, Germany
  
- ◆ *Charter on Geographic Literacy*
  - Hartwig Haubrich
  - Kunzenweg 21, Pedagogische Hochschule
  - D 7800 Freiburg, Germany
  
- ◆ *Teacher Training in Africa*
  - Erisa Kyagulanyi
  - Dep. of Social Sciences, Institute of Teacher Education
  - P.O. box 1 Kyambogo, Kampala, Uganda

- ◆ *Improving Geographical Teaching at Secondary and Tertiary Level*
  - Lan-sheng Zhang
  - Geography Department, Beijing Normal University
  - Beijing, China

- ◆ *International Understanding through New Information Technology*
  - Jan van Beckum
  - Heidelberglaan 2/PO 80115
  - Utrecht 3508 TC, The Netherlands

(\*) Correspondente Regional:  
**Helder Diniz de Sousa**  
 Av. Columbano B. Pinheiro, 70 2<sup>o</sup>E  
 1000 LISBOA

## BIBLIOGRAFIA

---

### - Ensino

- ANTUNES, João - *Geografia: 10º/11º ano*. Área D, 10ª ed., Plátano, Lisboa, 1990, 204 p.
- SEMEDO, Énio; QUEIROZ, José - *Geografia: 7º ano de escolaridade*, 4ª ed., Porto Ed., Porto, 1990, 208 p.
- SILVA, Luísa Ucha *et al.* - *Geografia 8: Caderno de trabalhos práticos*, 4ª ed., Texto, Lisboa, 1990, 127 p.
- SILVA, Luísa Ucha *et al.* - *Geografia 8*, 4ª ed., Texto, Lisboa, 1990, 288 p.
- CARVALHO, A.; PALMA, A.; DIOGO, J. - *Geografia 9*, Porto Ed., Porto, 1990, 287 p.
- SILVA, Luísa Ucha *et al.* - *Geografia 9*, 3ª ed., Texto, Lisboa, 1990, 272 p.
- MATOS, Maria Lúcia; RAMALHO, Maria Helena - *A Terra, planeta dinâmico*. 7º ano de escolaridade, Asa, Porto, 1990, 224 p.
- ALEXANDRE, F.; DIOGO, J. - *Didática da Geografia: contributos para uma educação no ambiente*. Texto, Lisboa, 1990, 126 p.

### - Revistas de Geografia

*Revista da Faculdade de Letras do Porto - Geografia*, I série, (vol V), Porto, 1989

**Artigos** - *Contribuição para o estudo da degradação da qualidade do ar na cidade do Porto*, por Ana Monteiro; *Circulação, peões e "baixa"* - O caso do Porto, por José Alberto Rio Fernandes; *Banhistas de mar no século XIX. Um olhar sobre uma época*, por Luís Paulo Saldanha Martins; *Breve análise da construção clandestina. O caso do concelho de Vila Nova de Gaia*, por Fátima Loureiro de Matos; *As vertentes na área de S. Miguel o Anjo. Contributo para o estudo da sua evolução*, por António de Sousa Pedrosa; *Dois exemplos de espaços agrários na Ribeira Lima. Bertandos - Estorãos*, por Maria Helena Mesquita Pina.

**Notas e recensões**: A composição química da atmosfera: contributo da climatologia para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentado. Nota de divulgação (Ana Monteiro); O Rio Guadiana para uso das escholas (1850-1900). Nota histórica sobre o ensino de

geografia (João Carlos Garcia); o 26º Congresso Internacional de Geografia (Bernardo Serpa Marques); Novas observações sobre a morfologia cársica em Portugal (António de Sousa Pedrosa e Bernardo de Serpa Marques); Jornadas Científicas sobre incêndios florestais (António de Sousa Pedrosa, Laura Maria Soares e António Manuel Teixeira).

*Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos. Coimbra.  
Nº 9.

**Artigos:** *Contribuição da Geografia Física para a inventariação das potencialidades turísticas do Baixo Mondego*, por Fernando Rebelo, Lúcio Cunha e A. Campar de Almeida; *A população portuguesa dos anos 60 ao final do século XX - O envelhecimento acelerado*, por Fernanda Delgado Cravidão e Mário Antunes de Matos; *O depósito de Varzielas (Serra do Caramulo) - Contribuição para o estudo do Tardiglacial Würmiano em Portugal*, por A. M. Rochette Cordeiro; *Paleo-ambientes holocénicos e erosão: Interface Clima, Vegetação, Homem. - O exemplo Centro-Litoral Português*, por A. M. Rochette Cordeiro.

**Notas Notícias e Recensões:** III Semana de Geografia Física, Geografia Física e Ambiente (Fernando Rebelo e Luciano Lourenço); Geografia Física e Ambiente. Temas e Problemas. Alguns casos concretos escolhidos em Portugal (Fernando Rebelo); La valoración del estado y dinamismo del paisaje vegetal a través de las comunidades y asociaciones que lo integran (Casildo Ferreras Charco); Instabilidade de vertentes e risco geomorfológico - O exemplo da região norte de Lisboa (António de Brum Ferreira); Consequências ambientais da exploração geotérmica em São Miguel (Açores) (António Guilherme B. Raposo); Alguns problemas ambientais em áreas cársicas, O exemplo das serras calcárias de Condeixa-Sicó Alviázere (Lúcio Cunha); Impacte ambiental dos incêndios florestais (Luciano Lourenço); Os solos na paisagem das dunas de Quiaios (A. Campar de Almeida); Geografia e geógrafos presentes nos dois últimos Congressos do Algarve (1988 e 1990) (Fernando Rebelo); 2ª Reunião do Quaternário Ibérico (Lúcio Cunha e A. M. Rochette Cordeiro); A utilização da extensimetria para o estudo do "creeping" em domínio temperado (Serras da Estrela e da Freita Portugal) (José Maria O. Sousa Cirne e A. M. Rochette Cordeiro); V Colóquio Ibérico de Geografia (Lucília Gouveia); Mobilidade geográfica e socioprofissional da população da área metropolitana de Lisboa (Maria Lucinda Fonseca)

*Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.

Vol. XIV, nº 47.

**Artigos:** *Percepcion y organizacion social del espacio en la Castilla del siglo XII*, por José Angel Garcia de Cortázar; *Industry and the local economy: changing contact patterns within the Lulea District during the nineteenth century*, por Ian G. Layton; *Per una geografia storica del mare*, por Gaetano Ferro.

**Notas e Recensões:** Elementos para um modelo de dominância urbana na sociedade de Antigo Regime: Cantillon, essai sur la Nature du Commerce en Général (1755) (Rui Santos); Imprensa e política: alguns dados sobre a imprensa periódica portuguesa durante as lutas liberais (1820-1834) (Maria Alexandre Lousada); Os serviços florestais no século XIX. Os homens e as ideias (Nicole Devy-Vareta); Uma geografia política e social de Portugal nos primeiros séculos de nacionalidade (Suzanne Daveau); Da geografia e da história ou um exemplo de interdisciplinaridade (Júlia Galego); O Numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico, de Júlia Galego e Suzanne Daveau (Teresa Ferreira Rodrigues); A contra-revolução em Portugal, na primeira metade do século XIX (Maria Teresa Mónica); La formation du réseau moderne des transports au Portugal (1850-1910) (Suzanne Daveau); A Etnografia Portuguesa de Leite de Vasconcelos (1858-1941) (M Viegas Guerreiro); Um atlas de História Universal (Suzanne Daveau e Maria Helena Dias).

**Elementos Estatísticos:** Os portugueses de Ayamonte em 1882: criadas, jornaleiros e pastores (João Carlos Garcia).

Vol. XIV, nº 48.

**Artigos:** *Novas formas de comércio*, por Teresa Barata Salgueiro; *Regioni arretrate e politiche comunitarie*, por Francesco Latella; *Investimento estrangeiro e desenvolvimento regional: o caso do investimento espanhol em Portugal*, por João Ferrão e Maria Lucinda Fonseca.

**Notas e Recensões:** China's thrust toward rapid urbanization (Abdul Khakee); Temas importantes de geografia rural na bibliografia recente (parte VIII) (Carmina Cavaco); Números especiais de revistas geográficas recentemente consagrados a Portugal (Suzanne Daveau); Une thèse de carto géographique (Sylvie Rimbart); Une thèse de géomorphologie régionale sur le massif calcaire au sud de Coimbra (Suzanne Daveau);

Une thèse sur le climat de la région de Lisbonne (Wilfried Endlicher); População e Território: do País à Área Metropolitana (Teresa Barata Salgueiro); Centro histórico: mercado imobiliário e operações de reabilitação (Carlos Nunes Silva); Aldeias Comuns em Moçambique (Carlos Alberto Medeiros).

**Elementos Estatísticos:** O investimento estrangeiro na agricultura portuguesa (Carminda Cavaco).

### – Outras revistas

*Sociedade e Território*, nº especial, ano 5 / Setembro 1990 (Portugal: enjeux sociaux et transformations du territoire).

Com participação de alguns geógrafos: Teresa Barata Salgueiro, Jorge Macaísta Malheiros e José António Tenedório.

*Aprender*, Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, nº10, Abril, 1990. (Tema central: *O Ensino da Geografia*, com artigos de Teresa Barata Salgueiro, Júlia Galego, George Camacho, Rosa Monteiro, José Manuel Medeiros, Célia Guedes Alves, Miguel Castro, Jorge Umbelino, Wilma McDonald, José Augusto Baptista, Sérgio Claudino, Carlos Alberto Medeiros e António Gama).

*A Rede – para o desenvolvimento local*, com temas variados: desenvolvimento local, o mundo rural em mudança, um projecto em Messejana, ...; editada pela Associação "In Loco", saiu o nº1 em Setembro de 1990. Contactar com "In Loco", Rua da Marinha, 8, 1ºDtº, 8000 FARO.

*Lisboa: recenseamento do comércio 1989. Estabelecimentos retalhistas.* Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo. Lisboa, (colecção Conhecer o comércio e o consumo), nº3, 123p. Nota: na mesma colecção estão já publicados ou em vias de publicação, os seguintes títulos:

- 1 - Lisboa. Hábitos de compra.
- 2 - Lisboa. recenseamento do comércio 1987. Estabelecimentos retalhistas.
- 4 - Modernizar o Comércio.
- 5 - Lisboa na rota do comércio. Uma apreciação sobre um conjunto de colóquios.
- 6 - Hipermercados.
- 7 - Supermercados.
- 8 - Centros Comerciais.
- 9 - Comércio de especialidade.
- 10 - Franchising.

### – Outras publicações

ALMEIDA, Políbio Valente de *Do poder do pequeno Estado. Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*, Lisboa, Instituto de Relações Internacionais (ISCSP), 395 p., 1990.

GOMES, B. Barros *Cartas Elementares de Portugal*, Lisboa, 2ª ed., Imprensa Nacional, 1990.

GASPAR, J.; ANDRÉ, I. M. *Geografia Eleitoral (I). Colectânea de artigos*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, E.P.R.U., relatório nº 33, 1990, 185p.

HENRIQUES, José M. *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis*, Lisboa, Escher, 1990, 224 p.

SOARES, Nuno – *Terciarização das Avenidas Novas de Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, 1990.

*III Reunión de Geografía Industrial. Ponencias y Comunicaciones.* Asociación de Geógrafos Españoles, Universidad de Sevilla, 1990, 510p.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓGRAFOS  
R. Professor Sousa da Câmara, 17  
387 87 87 - 1000 LISBOA